

Destak

19-10-2018

Periodicidade: Diario

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacion Tiragem: 56000

Temática:

Imagem:

Justica

Dimensão: 400 cm²

Página (s): 2



IIISTIC/

Líder do Turismo do Norte detido pela PJ

Presidente do Turismo Porto e Norte de Portugal é um dos detidos no âmbito de uma investigação sobre a presumível viciação de procedimentos de contratação pública.

REDAÇÃO redacao@destak.pt

Polícia Judiciária (PJ) deteve ontem cinco pessoas e realizou buscas em entidades públicas e sedes de empresas no âmbito de uma investigação relativa à presumível viciação de procedimentos de contratação pública no valor de vários milhões de euros. Em comunicado, a PJ refere que os cinco detidos no âmbito da designada operação "Éter" estão indiciados por crimes de corrupção e participação económica em negócio em procedimentos de contratação pública no Norte do país.

Além de Melchior Moreira, presidente do Turismo Porto e Norte de Portugal, foram detidas mais duas pessoas associadas ao Turismo Porto e Norte de Portugal, além de dois empresários, indica o diário *Correio da Manhã*.

"Esquema generalizado"

«A investigação, centrada na atividade de uma pessoa coletiva pública, determinou a existência de um esquema generalizado, mediante a atuação concertada de quadros dirigentes, de viciação fraudulenta de procedimentos concursais e de ajuste direto com o desiderato de favorecer primacial-



Presidente do Turismo Porto e Norte, Melchior Moreira, é um dos cinco detidos

mente grupos de empresas, contratação de recursos humanos e utilização de meios públicos com vista à satisfação de interesses de natureza particular», assinala a PJ, através da sua Diretoria do Norte. Na operação policial ontem tornada pública realizaram-se 11 buscas, domiciliárias e não domiciliárias, nas regiões de Porto, Gaia, Matosinhos, Lamego, Viseu e Viana do Castelo, e estiveram envolvidos 50 elementos da PJ, incluin-

do inspetores, peritos informáticos e peritos financeiros e contabilísticos.

A investigação, refere a polícia, prossegue no sentido de determinar todas as condutas criminosas e o seu alcance, sendo que se suspeita que a presumível viciação de contratos públicos, que levou à detenção dos detidos, com idades compreendidas entre os 42 e os 54 anos, terá lesado o Estado em mais de cinco milhões de euros, disse à Lusa fonte policial.